APÓS REUNIÃO COM A EMPRESA, FNP INDICA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES DA CATEGORIA PETROLEIRA

Gestão Magda Chambriard ainda não se posicionou sobre o pagamento integral da PLR 2024, recomposição do efetivo, fim dos PEDs na Petros e outras pautas apresentadas na greve do dia 26 de março.

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) informa que, em reunião realizada no dia 15 de abril, sua diretoria deliberou pela retomada das mobilizações da categoria petroleira nas bases da federação, com atos programados para os dias 24 e 29 de abril, nas áreas operacionais e nos prédios administrativos (EDISEN/R) e EDISA VALONGO- SANTOS/SP, respectivamente.

A decisão ocorre diante da intransigência da gestão da Petrobras e da falta de avanço nas negociações em torno da pauta apresentada pela categoria.

Apesar da greve nacional unificada realizada no último dia 26 de março, que paralisou unidades

do Sistema Petrobras em todo o país, a direção da empresa pouco avançou no atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

A única movimentação até o momento foi a prorrogação da data para adesão ao termo individual de teletrabalho para 30 de maio, além de uma tímida abertura de diálogo sobre o tema — o que é claramente insuficiente.

O Sindipetro-LP, junto aos demais sindicatos que compõem a FNP, participará de mesas de negociação com o alto escalão da Petrobrás para discutir as pautas da greve nacional unificada. As reuniões acontecerão conforme o seguinte cronograma: no dia 28 de abril será discutida a pauta sobre SMS e efetivo, no dia 29 será a vez do teletrabalho, e no dia 30, haverá reunião de acompanhamento do ACT e neste dia iremos cobrar sobre a PLR. As negociações ocorrerão mesmo com os atos programados para os dias 24

e 29 de abril e estes servirão para demonstrar que a categoria está engajada na luta por avanços e melhores condições de trabalho.

A FNP reforça que os petroleiros exigem:

- Pagamento integral da PLR 2024;
- Recomposição imediata do efetivo de trabalhadores;
- Chamamento total do cadastro de reserva dos concursos vigentes nas empresas do Sistema Petrobrás;

- Maior segurança nas operações e uma política efetiva de SMS;

Dando prosseguimento às reuniões realizadas no final do ano passado e no início deste ano, foram agendadas duas rodadas de encontros presenciais, com reuniões ao longo de todo o dia, nos dias 8 e 9 de maio e 15 e 16 de maio.

O objetivo é avaliar as entrevistas já realizadas em campo e dar continuidade aos trabalhos na reta final do Grupo de Trabalho

(GT), que tem previsão de apresentar seu diagnóstico em junho de 2025.

- Fim dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs);

- Apresentação de uma proposta plausível para o teletrabalho e regulamentação da modalidade no ACT.

Na reunião, também ficou acordado que a FNP vai buscar a FUP para fazer o chamado a fim de unificar as mobilizações.

A categoria petroleira, no entanto, está ficando impaciente com o impasse imposto pela nova gestão Magda Chambriard, que, até agora, não apresentou respostas concretas às demandas urgentes dos trabalhadores.

A FNP reforça que não aceitará retrocessos e seguirá mobilizada até que a Petrobras respeite seus trabalhadores e abra, de fato, um canal de negociação efetivo com a representação sindical.

NEGOCIA, MAGDA!

Com informações FNP

ENQUADRADA POR TAC, PETROBRÁS DEVE GARANTIR RESPEITO ÀS ESCALAS DE TRABALHO, SOB RISCO DE PENALIDADE

A alteração arbitrária das escalas de trabalho por gestores da Petrobrás, sem aviso prévio, sem o consentimento dos trabalhadores ou com o objetivo de evitar o pagamento de horas extras, configura uma prática abusiva e pode ser caracterizada como assédio moral.

No caso dos trabalhadores embarcados em plataformas, que atuam em um regime de escala fixa, qualquer mudança inesperada impacta diretamente a organização de suas vidas. Essas alterações abruptas podem gerar gastos imprevistos com passagens aéreas, desorganizar o planejamento familiar e compro-

meter o período de descanso, prejudicando a saúde física e mental dos empregados. Além disso, a incerteza nas escalas desrespeita o compromisso de previsibilidade essencial para quem trabalha em alto-mar.

Diante das constantes denúncias sobre alterações arbitrárias nas escalas, o Sindipetro-LP orienta os trabalhadores a notificarem suas chefias sobre o compromisso firmado entre a Petrobrás e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Caso essas práticas abusivas persistam, as denúncias devem ser registradas nos canais disponibilizados pela empresa. Em maio de 2024, a

Petrobrás assinou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT, comprometendo-se a reforçar medidas de prevenção contra assédio moral e sexual, além de garantir um ambiente de trabalho ético e respeitoso.

O documento exige a implementação de políticas preventivas, treinamentos periódicos para gestores e empregados e um sistema seguro de apuração de denúncias, com garantia de anonimato.

O descumprimento dessas obrigações pode resultar em multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por infração, com os valores revertidos ao Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT). O compromisso será revisado a cada cinco anos, permanecendo válido por tempo indeterminado.

O TAC também estabelece a Garantia de Não Tolerância, obrigando a Petrobrás a não permitir práticas de assédio moral e a tomar as medidas necessárias para eliminá-las. A empresa deve tratar com seriedade qualquer denúncia que atenda aos critérios de materialidade e autoria.

A categoria deve se manter atenta e mobilizada para assegurar que a Petrobrás cumpra esse compromisso, garantindo respeito às escalas de trabalho e aos direitos dos embarcados.

PETROS: CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO

POR QUE VOTAR NA CHAPA “PETROS PARA OS PARTICIPANTES” (51 E 62) NAS ELEIÇÕES

Deliberar e fiscalizar a gestão e os investimentos do segundo maior fundo de pensão do país não é algo trivial. Afinal de contas, são R\$ 135 bilhões em patrimônio e 133 mil participantes e assistidos divididos em 24 planos. É uma responsabilidade enorme: garantir que, após décadas de dedicação, esses trabalhadores e suas famílias tenham a tranquilidade que merecem. Mas essa responsabilidade já faz parte do nosso cotidiano há muitos anos.

Nós quatro somos trabalhadoras e trabalhadores que já representam dezenas de milhares de empregados nas duas maiores empresas do Brasil, a Petrobrás e a Vibra/BR, além das demais empresas do sistema Petrobrás: TRANSPETRO, TBG, PBIO, Termobahia, ANSA e outras subsidiárias.

Para o Conselho Deliberativo, apresentamos como candidatos Adaedson Costa e Ana Paula Baião (Dupla 51). Adaedson é técnico de operações da RPBC, foi coordena-

dor-geral do Sindipetro-LP e, atualmente, é coordenador-geral da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Foi Vice-Presidente Administrativo do Clube 2004 CEPE – Clube dos Empregados da Petrobrás de Santos. Advogado e pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho, há anos acompanha de perto a Petros, participando tanto do GT Petros quanto da Comissão Quadripartite, onde está sendo elaborada uma proposta para o fim dos equacionamentos. Ana Paula Baião, assistente social da Petrobrás, é diretora da FNP e do Sindipetro-RJ, entidade de vanguarda na luta dos petroleiros aposentados.

Para o Conselho Fiscal, apresentamos Paulo Cesar Martin (PC) e Jane Sant’Ana (Dupla 62). Paulo Cesar, petroleiro desde 1984, tem uma longa trajetória de atuação na Petros, participando das diretorias da FUP e da ANAPAR voltadas à segurança. Organizou e liderou lutas históricas, como a que barrou o Plano Petrobrás Vida –

PPV (2000), e a que encerrou o PED Assassino (2018). Atualmente, também integra o GT Petros e a Comissão Quadripartite. Jane, empregada da BR desde 1999 e depois da Vibra, é dirigente sindical na representação dos trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do RJ, incluindo os da Vibra Energia e Liquigás. Atua ativamente nas pautas de Planos de Saúde e Previdência da categoria.

Embora sejamos duas duplas concorrendo a cargos distintos, atuaremos como uma equipe unida na Petros. Juntos formamos a chapa “Petros para os Participantes”. Cada um dentro de suas atribuições institucionais, mas sempre de forma complementar, para atuar no melhor interesse dos participantes e assistidos da Petros.

Nossa candidatura nasce do apoio das representações legítimas dos participantes e assistidos, com o respaldo inédito de Federações, Sindicatos e Associações da categoria. Não somos candi-

datos de nós mesmos. Exerceremos nossos mandatos em sintonia com essas entidades e, consequentemente, com todos os participantes e assistidos – com transparência e contato direto, olho no olho. A unidade entre essas entidades já gerou conquistas concretas para os participantes da Petros: o pagamento da dívida dos pré-70 por parte da Petrobrás; a Paridade Plena, com a Petrobrás e a VIBRA/BR passando a contribuir paritariamente com os assistidos, inclusive nos equacionamentos; o fim do Plano Petrobrás Vida; o encerramento do PED 2015, o PED assassino; entre tantas outras vitórias. Sem contar avanços em outras áreas, como a volta do 70x30 na AMS, que aliviou a vida de milhares de beneficiários do plano.

Por isso, vote nos candidatos da Chapa “Petros para os Participantes”: por um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal em total sintonia com os interesses de todos os participantes e assistidos da Petros.

NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO!